



0950214



00135.222487/2019-72



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO E RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS
SCS Quadra 09 - Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre-A, 8º Andar
Brasília, DF. CEP 70308-200. - <http://www.mdh.gov.br>

EDITAL Nº CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019/2019

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019

PROCESSO Nº 00135.222487/2019-72

A SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, com esteio na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, na Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 e na Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019, torna público o presente Edital de Chamamento Público visando à seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a execução de projetos de capacitação voltados à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, à acessibilidade e à tecnologia assistiva, conforme as diretrizes estabelecidas para cada área de interesse que serão especificadas neste Edital.

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, por meio da formalização de Termo de Colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organizações da sociedade civil - OSC, conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Serão selecionadas propostas observando a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração de termos de colaboração, atendendo os critérios e valores de referência contidos no Anexo II - Diretrizes para a Elaboração da Proposta e Plano de Trabalho, cujo valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

2.1. Os termos de Colaboração serão celebrados considerando a missão institucional da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, das disposições da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com deficiência, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, do Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do III Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, visando a execução de projetos entendidos como conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resultarão produtos destinados à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil.

2.2. Objetivos específicos da parceria:

- a) Proporcionar capacitação de multiplicadores de autocuidado às pessoas atingidas pela hanseníase e seus familiares; profissionais da área de saúde; e demais pessoas interessadas;
- b) Proporcionar capacitação para ampliar o acesso às políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos das pessoas com deficiência para dirigentes e técnicos de organizações da sociedade civil; servidores municipais e estaduais de órgãos da administração pública direta e indireta voltados para a execução das políticas sociais; membros dos Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, advogados e demais órgãos do judiciário; Conselhos relacionados às pessoas com deficiência; e pessoas com deficiência em geral;
- c) Proporcionar formação de revisores e transcritores de Braille, com foco na atuação da produção de materiais neste formato, para pessoas cegas usuárias do Sistema Braille; e
- d) Proporcionar a expansão do número de profissionais capacitados para atuarem no mercado audiovisual, com foco em profissionais que atuem com interpretação de Libras, audiodescrição e Legenda Descritiva.

2.3. Os objetos que tratarão os Termos de Colaboração estão relacionados às áreas de interesse de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, bem como de acessibilidade e tecnologia assistiva, visando a realização de capacitações com os seguintes temas:

2.3.1 – Capacitação de multiplicadores de autocuidado às pessoas com hanseníase;

2.3.2 – Capacitação sobre as políticas públicas de promoção dos direitos das pessoas com deficiência;

2.3.3 – Formação de revisores de textos em Braille;

2.3.4 – Formação de profissionais em acessibilidade audiovisual;

2.4. A concorrência dar-se-á dentro de cada tema de interesse, observando-se os projetos apoiados e seus valores de referência.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. DO III PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - PNDH-3

3.1.1. O III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, concebe a efetivação dos direitos humanos como uma política de Estado, centrada na dignidade da pessoa humana e na criação de oportunidades para que todos e todas possam desenvolver seu potencial de forma livre, autônoma e plena. Parte, portanto, de princípios essenciais à consolidação da democracia no Brasil: diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as áreas e esferas de governo; primazia dos direitos humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza.

3.1.2. Entre os principais avanços trazidos pelo Programa, destacam-se a transversalidade de suas diretrizes, objetivos e ações programáticas e o comprometimento nacional para a consecução desses objetivos. Nesse sentido, as iniciativas de responsabilidade do Governo Federal previstas no Programa necessitam da participação de atores locais para a execução das ações previstas, reforçando a importância da coordenação entre as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal e os públicos específicos alcançados por elas, para, em vista das necessidades de cada população, poder produzir os resultados esperados.

3.2. DA PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3.2.1. As pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição) os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme definição contida na Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, o seguimento representa cerca de 10% da população mundial. No Brasil, cerca de 45.606.048 milhões de pessoas se declaram com algum tipo de deficiência, o

que equivale a 23,9% da população geral, a deficiência de maior ocorrência é a visual com 18,6%, seguida de motora (7%), auditiva (5,10%) e mental (1,40%), conforme os levantamentos do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2010.

3.2.2. A Constituição brasileira, a mais importante definidora dos princípios e regras básicas da sociedade, prevê – entre diversas outras garantias – o direito à dignidade de todo cidadão brasileiro. Para igualar as condições e obtenção desta garantia, foi necessário implementar uma série de direitos às pessoas com deficiência que estão previstas em diversas legislações.

3.2.3. Em 30 de março de 2007, foi proposta a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, tendo como principal objetivo “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”.

3.2.4. O Brasil foi Estado signatário da referida Convenção, tendo ratificado a proposta em 2008 (vigência no plano externo), por intermédio do Decreto Legislativo 186/2008, e, posteriormente, em 2009, promulgado por intermédio do Decreto nº 6.949/2009 (entrada em vigor no plano interno), passando pelo trâmite legislativo de aprovação por 3/5 dos parlamentares, em dois turnos, em ambas as casas legislativas que compõem o Congresso Nacional.

3.2.5. O art. 4º, do Decreto Legislativo nº 6.949/2009, traz a previsão de que os Estados signatários da Convenção de Nova Iorque adotarão todas as medidas necessárias objetivando a realização dos direitos ali previstos, inclusive medidas legislativas, para modificar ou revogar leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes, que constituam discriminação contra pessoas com deficiência.

3.2.6. Em razão do acima exposto, foi promulgada a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, abordando os direitos inerentes a esses indivíduos, trazendo uma nova abordagem para caracterização da pessoa com deficiência, adotando o modelo biopsicossocial, que se utiliza de fatores biológicos, psicológicos e sociais para avaliar a deficiência, e não mais tão somente o critério médico.

3.2.7. O Plano Plurianual referente ao período de 2016-2019 aprovou o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência contendo objetivos voltados à promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança, bem como promover a acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas áreas da vida em sociedade.

3.2.8. Diante das questões expostas, esta Secretaria visa a implementação e o fomento de políticas voltadas aos direitos da pessoa com deficiência, à acessibilidade e à tecnologia assistiva com a celebração de até 8 (oito) termos de colaboração com Organizações da Sociedade Civil, com objetos voltados à execução de capacitações, conforme as seguintes áreas de interesses e temas de projetos a serem apoiados especificados a seguir:

3.2.8.1. Área de Interesse 1: Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

3.2.8.1.1. Projeto Apoiado 1.1 - Capacitação de multiplicadores de autocuidado às pessoas com Hanseníase:

3.2.8.1.1.1. É consabido que a hanseníase vem apresentando uma tendência de alta dos coeficientes de detecção no Brasil, isto em um momento de patamares ainda elevados, destacadamente nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Essas regiões concentram a grande maioria dos casos detectados. As desigualdades regionais e os determinantes sociais e culturais do processo saúde-doença têm contribuído ao longo dos anos com o desenho da prevalência da hanseníase no País.

3.2.8.1.1.2. Ampliar a rede de autocuidado e capacitar pessoas para um atendimento qualificado e humanizado são desafios para aprimorar o cuidado da hanseníase no País. Portanto, é importante a organização e formação de grupos de autocuidado, compreendendo essa ação no âmbito da prevenção, Direitos Humanos e a própria humanização do cuidado.

3.2.8.1.1.3. O estigma e a discriminação estão entre os principais obstáculos para a prevenção, tratamento e cuidado à Hanseníase. O autocuidado é cuidar de si mesmo, e deste modo poder perceber quais são as necessidades do corpo e da mente, levando à adoção de hábitos saudáveis pelas pessoas.

Outro fator importante é a possibilidade das próprias pessoas avaliarem e controlarem os fatores de risco que levam a agravos à saúde.

3.2.8.1.1.4. Por fim, a formação e o desenvolvimento de grupos de autocuidado buscam estimular a formação da consciência de riscos para a integridade física, a mudança de atitudes para a realização do autocuidado, o fortalecimento da autonomia biopsicossocial, assim como contribuir para a diminuição da estigmatização.

3.2.8.1.2. Projeto Apoiado 1.2 - Capacitação sobre as políticas públicas de promoção dos direitos das pessoas com deficiência:

3.2.8.1.2.1. As políticas voltadas às pessoas com deficiência vêm, ao longo dos anos, avançando e fomentando a garantia dos direitos desse público. Entretanto, uma parcela significativa da sociedade não tem conhecimento dos seus direitos, que estão plasmados em diversos ordenamentos jurídicos. Há desconhecimento sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, da Avaliação Biopsicossocial e da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, o que pode inviabilizar o acesso a direitos já garantidos e prejudicar a efetiva participação na sociedade.

3.2.8.1.2.2. Considerando as diversas políticas públicas voltadas para esse segmento, é necessário disseminar informações sobre tais políticas, bem sobre a legislação garantidora dos direitos das pessoas com deficiência e formas de acesso à fruição desses direitos. O objetivo, portanto, é capacitar pessoas com deficiência, dirigentes e técnicos de organizações da sociedade civil e representativas de todas áreas de deficiência; técnicos dos CRAS e outras estruturas semelhantes que atendam pessoas com deficiência e familiares; membros do Ministério Público; Advogados; Conselhos relacionados às pessoas com deficiência; Secretarias municipais e estaduais; outras estruturas e organizações relacionadas com as pessoas com deficiência; demais interessados; e os usuários das políticas pública a quem elas se destinam.

3.2.8.2.3. Projeto Apoiado 1.3 – Formação de Revisores de Textos em Braille:

3.2.8.2.3.1. O Braille é um sistema de escrita com pontos em relevo que as pessoas privadas da visão podem ler pelo tato e que lhes permite também escrever. O Revisor Braille é o profissional responsável pela produção, tradução e transcrição de textos em Braille. Deve compreender o sistema Braille, bem como conhecer normas técnicas para produção de textos em Braille, grafia Braille para Língua Portuguesa, Código Matemático Unificado, adaptação de figuras, gráficos, divisão de obras em vários volumes, impressoras Braille, revisão de conteúdos acadêmicos, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Física, leitura de gráficos, mapas, tabelas.

3.2.8.2.3.2. Portanto, há necessidade de formação dos revisores de texto para aprimorar a produção de conteúdo em Braille, melhor qualificar esse profissional para ampliar sua inserção no mercado de trabalho e conseqüentemente propiciar maior inclusão das pessoas com deficiência visual, possibilitando melhor qualidade técnica dos textos em Braille e ampliação da participação social.

3.2.8.2. Área de Interesse 2: Acessibilidade e Tecnologia Assistiva

3.2.8.2.1. Projeto Apoiado 2.1 - Formação de Profissionais em acessibilidade audiovisual:

3.2.8.2.1.1. A Lei nº 13.146, de 2015 (LBI), estabelece, em seu art. 44, § 6º, que as salas de cinema devem oferecer, em todas as sessões, recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência.

3.2.8.2.1.2. A Instrução Normativa Ancine nº 128, de 13 de setembro de 2016, que regulamentou o art. 44 da LBI, estabelece que cabe ao distribuidor disponibilizar ao exibidor, com recursos de acessibilidade de legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais da obra audiovisual, cópia de todas as obras audiovisuais por ele distribuídas. E cabe ao exibidor (salas de cinema), fornecer esses recursos às pessoas com deficiência em 100% das salas a partir de janeiro de 2020.

3.2.8.2.1.3. A LBI também estabelece, em seu art. 73, que “caberá ao poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem”.

3.2.8.2.1.4. Portanto, considerando a necessidade de se formar profissionais para atender à demanda do audiovisual e a competência do poder público de capacitar esses profissionais, propõe-se a presente capacitação de Acessibilidade no Audiovisual.

4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) Entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) As sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

c) As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

4.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

a) Estar habilitada no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – Siconv, no endereço eletrônico <www.convenios.gov.br>;

b) declarar, conforme modelo constante no Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção. Referida declaração deverá ser inserida no SICONV, na aba “Anexos”, até o prazo final de envio das propostas pelas OSC’s prevista na Tabela 1;

c) cadastrar e enviar para análise, via SICONV, a Proposta de projeto conforme Anexo III – Modelo de Proposta que deverá ser inserida na aba “Requisitos para Celebração”, até o prazo final de envio das propostas pelas OSC’s prevista na Tabela 1; e

d) informar na Proposta – Anexo III, a Área de Interesse/Projeto a qual concorre, abrangência, valor e prazo de execução conforme as diretrizes do Anexo II - Diretrizes para Elaboração da Proposta e Plano de Trabalho.

4.3. É permitida a atuação em rede, por duas ou mais OSCs, para a realização de ações coincidentes (quando há identidade de intervenções) ou de ações diferentes e complementares à execução do objeto da parceria, nos termos do art. 35-A da Lei nº 13.019, de 2014, e dos arts. 45 a 48 do Decreto nº 8.726, de 2016, devendo a rede ser composta por:

a) uma “OSC celebrante” da parceria com a administração pública federal (aquela que assinar o termo de Colaboração), que ficará responsável pela rede e atuará como sua supervisora, mobilizadora e orientadora, podendo participar diretamente ou não da execução do objeto; e

b) uma ou mais “OSCs executantes e não celebrantes” da parceria com a administração pública federal, que deverão executar ações relacionadas ao objeto da parceria definidas em comum acordo com a OSC celebrante.

4.3.1. A atuação em rede será formalizada entre a OSC celebrante e cada uma das OSCs executantes e não celebrantes mediante assinatura de termo de atuação em rede, que especificará direitos e obrigações recíprocas, e estabelecerá, no mínimo, as ações, as metas e os prazos que serão desenvolvidos pela OSC executante e não celebrante e o valor a ser repassado pela OSC celebrante.

4.3.2. A OSC celebrante deverá comunicar à administração pública federal a assinatura do termo de atuação em rede no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data de assinatura do termo de atuação em rede (art. 46, §2º, do Decreto nº 8.726, de 2016). Não é exigível que o termo de atuação em rede seja celebrado antes da data de assinatura do termo de colaboração.

4.3.3. A OSC celebrante da parceria com a administração pública federal:

a) será responsável pelos atos realizados pela rede, não podendo seus direitos e obrigações ser subrogados à OSC executante e não celebrante, observado o disposto no art. 48 do Decreto nº 8.726, de 2016; e

b) deverá possuir mais de 5 (cinco) anos de inscrição no CNPJ e, ainda, capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede, a serem verificados por meio da apresentação dos documentos indicados no art. 47, caput, incisos I e II, do Decreto nº 8.726, de 2016, cabendo à administração pública federal verificar o cumprimento de tais requisitos no momento da celebração da parceria. Deverão ser apresentados os documentos:

I - comprovante de inscrição no CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil celebrante existe há, no mínimo, cinco anos com cadastro ativo; e

II - comprovantes de capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar a rede, sendo admitidos: declarações de organizações da sociedade civil que componham a rede de que a celebrante participe ou tenha participado; cartas de princípios, registros de reuniões ou eventos e outros documentos públicos de redes de que a celebrante participe ou tenha participado; ou relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas em rede de que a celebrante participe ou tenha participado.

4.3.4. A OSC Celebrante, nos termos do art. 46, da Lei nº 13.019/2014, deverá assegurar, no momento da celebração do termo de atuação em rede, a regularidade jurídica e fiscal da organização da sociedade civil executante e não celebrante, que será verificada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

a) comprovante de inscrição no CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

b) cópia do estatuto e eventuais alterações registradas;

c) certidões previstas nos incisos IV, V e VI do caput do art. 26 do Decreto nº 8.726, de 2016; e

d) declaração do representante legal da organização da sociedade civil executante e não celebrante de que não possui impedimento no Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas - Cepim, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, no Sistema Integrado de Administração Financeira - Siafi, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - Cadin.

5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

5.1. Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);

- c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
- d) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- e) possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho e na forma do art. 26, caput, inciso III, do Decreto nº 8.726, de 2016 (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 26, caput, inciso III, do Decreto nº 8.726, de 2016);
- f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;
- g) deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma do art. 26, caput, inciso III, do Decreto nº 8.726, de 2016;
- h) apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 26, caput, incisos IV a VI e §§ 2º a 4º, do Decreto nº 8.726, de 2016 (art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 26, caput, incisos IV a VI e §§ 2º a 4º, do Decreto nº 8.726, de 2016);
- i) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);
- j) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto ou normas regimentais com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme Anexo III – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 26, caput, inciso VII, do Decreto nº 8.726, de 2016);
- k) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 26, caput, inciso VIII, do Decreto nº 8.726, de 2016); e
- l) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014).

5.2. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

- a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);
- c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 27, caput, inciso I e §§ 1º e 2º, do Decreto nº 8.726, de 2016);

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

6.1. A Comissão de seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, a ser constituída previamente à etapa de avaliação das propostas, pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

6.2. Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 14, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 8.726/2016).

6.3. A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 14, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 8.726/2016).

6.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

6.5. A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

6.6. Fica vedada a participação em rede de OSC “executante e não celebrante” que tenha mantido relação jurídica com, no mínimo, um dos integrantes da Comissão de Seleção responsável pelo chamamento público que resultou na celebração da parceria.

7. DA FASE DE SELEÇÃO

7.1. A concorrência se dará entre os inscritos por temas dos projetos a serem apoiados, conforme Anexo II – Diretrizes para a Elaboração da Proposta e Plano de Trabalho.

7.2 A fase de seleção observará as seguintes etapas:

TABELA 1

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
-------	--------------------	-------

1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	16/10/2019
2	Envio das propostas pelas OSCs.	16/11/2019
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	21/11/2019
4	Divulgação do resultado preliminar.	26/11/2019
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	29/11/2019
7	Prazo para apresentação de contrarrazões.	2/12/2019
8	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões	9/12/2019

7.3. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

7.4. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.4.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (<http://www.mdh.gov.br>) e na plataforma eletrônica do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, com prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

7.5. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs.

7.5.1. As propostas deverão ser, exclusivamente, por meio da plataforma eletrônica do Siconv, **Programa nº 8100020190081**, e deverão ser **cadastradas e enviadas para análise**, em até 30 (trinta) dias da publicação do edital.

7.5.2. As propostas devem atender, obrigatoriamente, a uma das Áreas de Interesse / Projeto Apoiado contidas no Anexo II - Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho e seguir o modelo disponibilizado no "Anexo III – Modelo de Proposta" que deverá ser inserido no Siconv na aba "Requisitos".

7.5.3. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública federal.

7.5.4. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise no Siconv.

7.5.5. Observado o disposto no item 7.5.3 deste Edital, as propostas, conforme Anexo III – Modelo da Proposta, deverão conter, obrigatoriamente, as seguintes informações, sob pena de eliminação do certame:

- a) Área de interesse;
- b) Projeto Apoiado;
- c) Abrangência da proposta;
- d) A descrição da realidade objeto da parceria e o nexos com a atividade ou o projeto proposto;
- e) As ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- f) Os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- g) Adequação da proposta ao valor de referência constante no item 1.3 deste Edital, com menção expressa ao valor global do projeto.
- h) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.

7.5.6. Somente serão avaliadas as propostas que, além de cadastradas, estiverem com status da proposta “enviada para análise” no Siconv, até o prazo limite de envio das propostas pelas OSCs constante da Tabela 1, e estiverem em consonância com o exposto no item 7.5.4.

7.6. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.

7.6.1. A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento de acordo com os critérios da Tabela 2.

7.6.2. A etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Avaliação será dividida em fase eliminatória e classificatória, respectivamente.

a) A fase eliminatória consistirá na análise das exigências estabelecidas nos itens 4.1, 4.2 e 7.5 deste Edital. As OSCs que não cumprirem todas as exigências dispostas nos itens serão eliminadas do certame; e

b) A fase classificatória consistirá na pontuação das propostas de acordo com os critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2, abaixo, observado o contido no Anexo II - Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho.

7.6.3. A falsidade das informações fornecidas nas propostas acarretará eliminação da OSC, podendo ensejar a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.6.4. Serão eliminadas as propostas:

a) Que recebam pontuação "zero" em qualquer dos critérios de julgamento da Tabela 2;

b) cuja pontuação total for inferior a 5,0 (cinco) pontos;

c) que não contemplem todos os resultados esperados definidos para o respectivo Projeto Apoiado/ Área de Interesse a que concorre, nos termos do “Anexo II - Diretrizes para elaboração da proposta e Plano de Trabalho”; e

d) que estejam em desacordo com o Edital (art. 16, §2º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

7.6.5 Somente participarão da fase classificatória as propostas não eliminadas.

7.6.6. Critérios de Julgamento Metodologia de Pontuação:

TABELA 2

Crítérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Peso	Pontuação máxima por item
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores de cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas, bem como a avaliação sobre o custo benefício para o alcance dos objetivos.	- Atende plenamente (10,0 pontos); - Atende satisfatoriamente (7,0 pontos); - Atende parcialmente (5,0); e - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por força do art. 16 §2º, incisos II e III, do Decreto nº 8.726, de 2016.	4,0	40,0
(B) Adequação da proposta em conformidade com as diretrizes contidas no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), no Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Estatuto da Pessoa com Deficiência conforme item 2.1 deste Edital.	- Atende plenamente (10,0 pontos); - Atende satisfatoriamente (7,0 pontos); - Atende parcialmente (5,0); e - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica a eliminação da proposta, por força do caput do art.27daLeinº13.019, de 2014, c/cart.9º, §2º, inciso I, do Decreto nº 8.726, de 2016. eliminação das propostas, por força do art.	1,0	10,0

	16, § 2º Incisos I a IV do Decreto nº 8.726 de 2016.		
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexos entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto	- Grau pleno da descrição (1,0); - Grau satisfatório da descrição (0,5); e - O não atendimento ou atendimento insatisfatório (0,0) Obs: A atribuição de notas “Zero” neste critério implica a eliminação da proposta, por força do art. 16, § 2º Incisos I a IV do Decreto nº 8.726 de 2016.	2,0	20,0
(D) Capacidade técnico operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	- Atende plenamente (10,0 pontos); - Atende satisfatoriamente (7,0 pontos); - Atende parcialmente (5,0); - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). Obs.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC (art.33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014).	3,0	30,0
Pontuação Máxima Global			100,0

7.6.7. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.6.8. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (D). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (B), (A) e (C). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade que tenha atuação nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, consecutivamente e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.6.9. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forme devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

7.6.10. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (D), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes. A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.7. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar.

7.7.1. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos [<http://www.mdh.gov.br/>] e na plataforma eletrônica do Siconv ou de outra plataforma eletrônica única que venha a substituí-lo (art. 17 do Decreto nº 8.726, de 2016), iniciando-se o prazo para recurso.

7.8. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar.

7.8.1. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

7.8.2. Nos termos do art. 18 do Decreto nº 8.726, de 2016, os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 03 (três) dias

corridos contados da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão (art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999). Não será reconhecido recurso interposto fora do prazo.

7.8.3. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.8.4. Os recursos serão apresentados por meio da plataforma eletrônica do SICONV. Se a plataforma estiver indisponível, a administração pública deverá, antes da abertura do prazo recursal, divulgar a nova forma de apresentação do recurso, inclusive com indicação, se for o caso, do local.

7.8.5. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

7.8.6. Interposto recurso, a plataforma eletrônica dará ciência dele aos demais interessados para que, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões.

7.9. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.

7.9.1. A Comissão de Seleção avaliará a existência de recursos interpostos e os analisará no prazo de 3 (três) dias.

7.9.2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da interposição do recurso ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso à Secretaria, com as informações necessárias à decisão final.

7.9.3. A decisão final do recurso será divulgada até 02/12/2019, devidamente motivada, deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

7.9.4. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

7.9.5. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.10 Etapa 7 – Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).

7.10.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o órgão ou a entidade pública federal deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da União - DOU, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção (art. 19 do Decreto nº 8.726, de 2016).

7.10.2. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, § 6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

7.10.3. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

7.10.4. A critério da Administração Pública Federal a convocação das OSC's selecionadas poderá ocorrer no ato homologatório do resultado final dando-se o início da fase de celebração.

8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

8.1. O processo de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

TABELA 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação da (s) OSC (s) selecionada (s) para comprovar requisitos estatutários e documentais exigidos para celebração.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos de celebração e outras exigências legais. Análise do Plano de Trabalho
3	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

4	Parecer técnico, jurídico e assinatura do instrumento de parceria.
5	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial da União.

8.2. Etapa 1: *Etapa 1: Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.*

8.2.1. Para a celebração da parceria, a administração pública federal convocará a OSC selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir da convocação, apresentar a documentação o seu plano de trabalho (art. 25 do Decreto nº 8.726, de 2016) e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28 caput, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019, de 2014, e arts 26 e 27 do Decreto nº 8.726, de 2016).

8.2.2. Por meio do plano de trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019, de 2014, e o art. 25 do Decreto nº 8.726, de 2016), observados os Anexos II – Diretrizes para Elaboração da Proposta e do Plano de Trabalho e IV – Modelo de Plano de Trabalho.

8.2.3. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- 1) A descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com o projeto e com as metas a serem atingidas;
- 2) A forma de execução das ações, indicando quando cabíveis, as que demandarão atuação em rede;
- 3) A descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- 4) A definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- 5) A previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- 6) Os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
- 7) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

8.2.4. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “5” do item 8.2.3 deste Edital deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico. Para comprovar a compatibilidade de custos de determinados itens, a OSC poderá, se desejar, utilizar-se de ata de registro de preços vigente, consultando e encaminhando atas disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal (<http://www.comprasgovernamentais.gov.br/gestor-de-compras/consultas-1>).

8.2.5. A OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 15(quinze) dias corridos, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, três anos com cadastro ativo;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;

IV - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme Anexo IV – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

VIII - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no Anexo IV – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

X - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme Anexo V – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais; e

XI - declaração do representante legal da OSC de que trata o art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, conforme Anexo VII – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade; e

8.2.6. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V e VI previstas no item 8.2.5 deste Edital.

8.2.7. A critério da organização da sociedade civil, os documentos previstos nos incisos IV e V do item 8.2.5 deste Edital poderão ser substituídos pelo extrato emitido pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - Cauc, quando disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.

8.2.8. As organizações da sociedade civil ficarão dispensadas de reapresentar as certidões previstas nos incisos IV, V e VI previstos no item 8.2.5 deste Edital que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam disponíveis eletronicamente.

8.2.9. O plano de trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela OSC selecionada, por meio da plataforma eletrônica do SICONV.

8.2.10. No caso da atuação em rede, nos termos do art. 47 do Decreto nº 8.726, de 2016, a OSC “celebrante” deverá comprovar também o cumprimento dos requisitos previstos no art. 35-A da Lei nº 13.019, de 2014, a serem verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - comprovante de inscrição no CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC “celebrante” existe há, no mínimo, cinco anos com cadastro ativo; e

II - comprovantes de capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar a rede, sendo admitidos:

a) declarações de organizações da sociedade civil que componham a rede de que a celebrante participe ou tenha participado;

b) cartas de princípios, registros de reuniões ou eventos e outros documentos públicos de redes de que a celebrante participe ou tenha participado; ou

c) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas em rede de que a celebrante participe ou tenha participado.

8.3. Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de não incorrer nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.

8.3.1. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria (item 5.1 deste Edital), a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (item 5.2 deste Edital) e cumprimento de demais exigências descritas no item 8.2.5, deste Edital. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do plano de trabalho.

8.3.2. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a administração pública federal deverá consultar o Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas – CEPIM, o SICONV, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

8.3.3. A administração pública federal examinará o plano de trabalho apresentado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada.

8.3.4. Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos (art. 25, §2º, do Decreto nº 8.726, de 2016). Para tanto, a administração pública federal poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho, nos termos do §3º do art. 25 do mesmo Decreto.

8.3.5. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

8.3.6. Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação

8.4. Etapa 3: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.

8.4.1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração ou quando as certidões IV, V e VI do item 8.4.5 deste Edital estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a organização da sociedade civil será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria (art. 28 do Decreto nº 8.726, de 2016).

8.4.2. Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias corridos, contados da data de recebimento da solicitação apresentada (art. 25, §§ 3º e 4º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

8.5. Etapa 4: Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.

8.5.1. Na hipótese de, após o prazo para regularização de documentação e ajustes no plano de trabalho, a OSC selecionada não atender às exigências previstas no item 8.2.5. (Incisos I até XI) deste Edital ou caso seu plano de trabalho não seja aprovado, a mesma será desclassificada e a imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada. Caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, a mesma apresentará seu plano de trabalho e os documentos listados no item 8.2.5 deste Edital e a administração procederá e verificação do plano de trabalho e dos documentos que comprovem o atendimento das mesmas exigências (art. 28, §§ 1º e 2º, da Lei nº 13.019, de 2014), conforme previsto nos itens 8.1 a 8.5 deste Edital. Esse procedimento poderá ser repetido sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

8.5.2. Na hipótese de a OSC selecionada não comprovar documentalmente as experiências previstas no item 7.5.4 deste Edital (alínea “e”) a proposta poderá ser eliminada e poderão ser aplicadas as providências previstas no item 7.5.5 deste Edital. Neste caso, a OSC imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada, procedendo-se na forma do item anterior.

8.5.3. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria (art. 25, §5º, do Decreto nº 8.726, de 2016).

8.5.4. No período entre a apresentação da documentação prevista no item 8.2.4 deste Edital e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

8.5.5. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

8.6. Etapa 5: Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial da União.

8.6.1. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática 14.242.2063.210N.

9.2 Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2019, Unidade Gestora 810007, por meio do Programa 2063 – Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

9.3. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pela administração pública federal nos exercícios subsequentes, serão realizados mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada (art. 24, parágrafo único, e art. 43, §1º, inciso II, ambos do Decreto nº 8.726, de 2016).

9.4. *O valor total de recursos disponibilizados será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no exercício de 2019, podendo esse valor ser revisado para mais ou para menos dependendo da disponibilidade financeira. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.*

9.5. Na formalização do processo, os valores apresentados na proposta poderão ser ajustados no plano de trabalho, desde que não se alterem as atividades que levaram à determinada pontuação do projeto.

9.6. O valor para a realização do objeto da parceria como termo de colaboração será entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e 200.000,00 (duzentos mil reais) por proposta.

9.7. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 33 e 34 do Decreto nº 8.726, de 2016.

9.8. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 35 a 42 do Decreto nº 8.726, de 2016. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

9.9. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

9.9.1. remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

9.9.2. diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

9.9.3. custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros);

9.10. É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública federal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias da União.

9.11. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.12. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

10. CONTRAPARTIDA

10.1. Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na internet (<http://www.mdh.gov.br>) e na plataforma eletrônica do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, com prazo mínimo 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data-limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo **chamamentopublico.sndpd@mdh.gov.br** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate – Torre A, 8º andar – CEP: 70308-200 – Brasília/DF. A resposta às impugnações caberá à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

11.3. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo **chamamentopublico.sndpd@mdh.gov.br**. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

11.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.3.2. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

11.3.3. A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública, bem como os preceitos que regem a lei 12.213, de 20 de janeiro de 2010.

11.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

11.6. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

11.7. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

11.8. O presente Edital de chamamento público terá validade até que seja publicado novo edital pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

11.9. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I - Declaração de Ciência e Concordância (0911527);

Anexo II – Diretrizes para Elaboração da Proposta e Plano de Trabalho (0939596);

Anexo III - Modelo de Proposta (0911533);

Anexo IV - Modelo de Plano de Trabalho (0911537);

Anexo V – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais (0911540);

Anexo VI – Declaração do Art. 27 do Decreto nº 8.726, de 2016, e Relação dos Dirigentes da Entidade (0911542);

Anexo VII– Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos (0911546); e

Anexo VIII – Minuta do Termo de Colaboração (0949802).



Documento assinado eletronicamente por **Jussara do Nascimento Figueiredo, Diretor(a) do Departamento de Gestão e Relações Interinstitucionais, Substituto(a)**, em 14/10/2019, às 19:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Nedavaska, Secretário(a) Nacional dos**



Direitos da Pessoa com Deficiência, Substituto(a), em 15/10/2019, às 11:28, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0950214** e o código CRC **AEE30C88**.

0.1.

Referência: Processo nº 00135.222487/2019-72

SEI nº 0950214

Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos
da Consultoria-Geral da União
Edital modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Continuados com mão de obra
sem dedicação exclusiva
Atualização: Agosto/2019